



## **AUTÓGRAFO N. 135 DE 2025**

MUMCÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Dois Córregos, no cumprimento de suas obrigações regimentais, remete ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal o presente autógrafo referente ao Projeto de Lei n. 101 de 2025, aprovado na 14ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, realizada no dia 29 de setembro de 2025.

MESA DIRETORA

**ELAINE SCARPIM NAIS** Presidente

VINÍCIUS DE C 1° Secretário

> **LUIS ANTONIO MARTINS** 2° Secretário



## PROJETO DE LEI N. 101 DE 2025

## Autoriza a abertura de Créditos Adicionais Suplementares.

Art. 1° F	ica o P	oder Executiv	vo autorizado a	abrir dois Cre	éditos Ad	licionais		
Suplementares,	no valor	total de R\$	250.000,00 (du	zentos e cinq	uenta mi	l reais),		
destinados a atender as seguintes dotações:								
08.02 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO / FUNDEB								
123610005.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental								
FONTE DE RECURSO: 02.261.0000.0000 - EDUCACAO -FUNDEB -MAGISTERIO								
3.1.90.16.00	-	Outras	Despesas	Variáveis	_	Pessoal		
Civil	(F	.250)		R\$ 20	00.000,00			
123650005.2.017 – Manutenção do Ensino Infantil - Creches								
FONTE DE RECURSO: 02.261.0000.0000 - EDUCACAO -FUNDEB -MAGISTERIO								
3.1.90.16.00	-	Outras	Despesas	Variáveis	-	Pessoa		
Civil	(F	.256)		R\$ 5	50.000,00			
Art. 2º Os recursos necessários para a cobertura dos créditos abertos pelo Art.								

**Art. 2º** Os recursos necessários para a cobertura dos créditos abertos pelo Art 1º desta lei correrão à conta da anulação parcial dos seguintes itens orçamentários:

08.02 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO / FUNDEB

123610005.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental

FONTE DE RECURSO: 02.261.0000.0000 - EDUCACAO -FUNDEB -MAGISTERIO



3.1.90.13.00		-	Obrigações				
Patronais	(F.249)		R\$ 200.000,00				
123650005.2.017 – Manutenção do Ensino Infantil - Creches							
FONTE DE RECURSO: 02.261.0000.0000 - EDUCACAO -FUNDEB -MAGISTERIO							
3.1.90.13.00		_	Obrigações				
Patronais	(F.255)		R\$ 50.000,00				
Art. 3º Fica também, o Poder Executivo, autorizado a atualizar o Plano Plurianual							
- PPA e a Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO, para adequá-los a esta Lei.							